



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Atlântica Capitalização S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer elaborado pelos Auditores Independentes.

Resultado do Exercício

A Atlântica Capitalização S.A. apresentou, no exercício, Lucro Líquido de R\$ 974 mil (R\$ 801 mil em 2007), representando rentabilidade de 6,11% sobre o Patrimônio Líquido. Foram destinados R\$ 926 mil como dividendos do resultado do exercício.

Prevenção e Combate à “Lavagem” de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Atlântica Capitalização S.A., adota modernas ferramentas tecnológicas, sujeitas a constante aprimoramento, objetivando suportar o processo de monitoramento das diversas operações, com vistas a prevenir e combater situações caracterizadas na legislação como de “lavagem” de dinheiro e de financiamento ao terrorismo.

Lei de Governança Corporativa Norte-Americana Sarbanes-Oxley

A Atlântica Capitalização S.A. obteve a Certificação da Lei Americana Sarbanes-Oxley (SOX), pelo terceiro ano consecutivo. Isso representa a ratificação da efetividade e eficácia dos controles, que suportam a emissão das Demonstrações Contábeis (Seção 404).

Controles Internos

Durante o exercício, visando a atender as determinações legais sobre o tema, a Atlântica Capitalização S.A. prosseguiu com a avaliação e aperfeiçoamento dos seus instrumentos, que integram o Sistema de Controles Internos do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, em consonância com os princípios emanados pelos órgãos reguladores e em conformidade com a sistemática adotada pela Organização Bradesco.

Agradecimentos

A Atlântica Capitalização S.A. agradece à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), pelo apoio recebido.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2009.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em reais)

	<u>2008</u>	<u>2007</u>		<u>2008</u>	<u>2007</u>
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	17.199.354	16.389.448	CIRCULANTE	1.488.472	828.666
Disponível	15.440	21.788	Contas a pagar	1.449.347	781.875
Caixa e bancos	15.440	21.788	Obrigações a pagar	971.196	470.601
Aplicações	17.098.647	16.359.237	Impostos e encargos sociais a recolher	70	33
Títulos de renda fixa	44.721	-	Impostos e contribuições	478.081	311.241
Quotas de fundos de investimentos	17.053.926	16.359.237	Provisões técnicas - capitalização	39.125	46.791
Títulos e créditos a receber	85.267	8.423	Provisão para resgates	39.106	46.766
Créditos tributários e previdenciários	85.267	8.423	Provisão para sorteios	-	3
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.713.510	1.477.013	Outras provisões	19	22
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.713.510	1.477.013	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.472.534	1.134.640
Aplicações	-	59.657	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.472.534	1.134.640
Títulos de renda fixa	-	59.657	Contas a pagar	239.063	6
Títulos e créditos a receber	1.713.510	1.417.356	Tributos diferidos	239.063	6
Créditos tributários e previdenciários	480.039	282.722	Outros débitos	1.233.471	1.134.634
Depósitos judiciais e fiscais	1.233.471	1.134.634	Provisões judiciais e fiscais	1.233.471	1.134.634
PERMANENTE	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.951.858	15.903.155
Investimentos	-	-	Capital social	10.800.000	10.800.000
Outros investimentos	801.724	801.724	Reservas de capital	473.391	473.391
Provisão para desvalorização	(801.724)	(801.724)	Reservas de lucros	4.678.467	4.629.753
TOTAL	18.912.864	17.866.461	Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	11
			TOTAL	18.912.864	17.866.461

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em reais)

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Receitas líquidas com títulos de capitalização	6	37
Despesas com títulos resgatados e sorteados	-	(1.959)
Outras receitas e despesas operacionais	-	23.185
Despesas administrativas	(296.860)	(408.229)
Despesas com tributos	(144.673)	(120.719)
Resultado das operações de capitalização	(441.527)	(507.685)
Resultado financeiro	1.922.221	1.697.282
Resultado operacional	1.480.694	1.189.597
Resultado não operacional	860	42
Resultado antes dos impostos	1.481.554	1.189.639
Imposto de renda	(355.049)	(281.157)
Contribuição social	(152.221)	(107.220)
Lucro líquido do exercício	974.284	801.262
Quantidade de ações	10.322.564	10.322.564
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	94,38	77,62

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (Em reais)

	<u>2007</u>
a) Lucro líquido do exercício	801.262
Atividades operacionais	
- Aumento das aplicações	666.007
- Aumento dos títulos e créditos a receber	97.370
- Redução do contas a pagar	103.164
- Redução de provisões técnicas - capitalização	10.331
- Aumento de outros passivos contingentes	(97.012)
- Aumento de ajustes com títulos e valores mobiliários	(140)
b) Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	779.720
Aumento nas disponibilidades (a-b)	21.542
Disponibilidades no início do exercício	246
Disponibilidades no final do exercício	21.788
Aumento nas disponibilidades	21.542

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 (Em reais)

	<u>2008</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Outros recebimentos operacionais	1.331
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	(10.023)
Pagamentos de despesas e obrigações	(291.250)
Outros pagamentos operacionais	(107.378)
Constituição de depósitos judiciais	(26.093)
Caixa gerado pelas operações	(433.413)
Impostos e contribuições pagos	(446.161)
Investimentos financeiros:	
Aplicações	(25.000)
Vendas e resgates	1.293.941
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	389.367
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Distribuição de dividendos	(395.715)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(395.715)
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	(6.348)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	21.788
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	15.440
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	(6.348)
Ativos livres no início do exercício	16.322.103
Ativos livres no final do exercício	17.020.396
Aumento nas aplicações financeiras - recursos livres	698.293

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em reais)

	Reservas de lucros				Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2007	10.800.000	473.391	265.772	3.753.019	(129)	-	15.292.053
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	140	-	140
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	801.262	801.262
Dividendos propostos (R\$ 18,44 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(190.300)	(190.300)
Destinação do lucro líquido - constituição de reservas	-	-	40.063	570.899	-	(610.962)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2007	10.800.000	473.391	305.835	4.323.918	11	-	15.903.155
Saldos em 1º de janeiro de 2008	10.800.000	473.391	305.835	4.323.918	11	-	15.903.155
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(11)	-	(11)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	974.284	974.284
Dividendos propostos (R\$ 89,66 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(925.570)	(925.570)
Destinação do lucro líquido - constituição de reservas	-	-	48.714	-	-	(48.714)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2008	10.800.000	473.391	354.549	4.323.918	-	-	15.951.858

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em reais)

- Contexto operacional**
A Empresa faz parte do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência e tem por objetivo social a exploração das operações de capitalização definidas na legislação vigente, operando em todo o território nacional. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, atuando de forma integrada no mercado, e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.
 - Apresentação das demonstrações contábeis**
As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/1976, sendo adotadas pela primeira vez no exercício de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008, bem como com as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela SUSEP e CNSP, quando aplicável, estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 356/2007, alterada pelas circulares nº 371/2008 e 375/2008 e complementada pela Circular SUSEP nº 379, divulgada em 19 de dezembro de 2008, que introduziu alterações na classificação das contas do balanço patrimonial, demonstração de resultados e excluindo a demonstração de origens e aplicações de recursos, incluindo a demonstração de fluxo de caixa (Nota 15 (c)).
 - Resumo das principais práticas contábeis**
 - Caixa e equivalente de caixa**
Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Empresa para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
 - Ativos circulante e não circulante - realizável a longo prazo**
 - Aplicações**
Conforme determinações da SUSEP, as sociedades de capitalização devem classificar os títulos e valores mobiliários em três categorias:
 - I - Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados;
 - II - Títulos disponíveis para venda - os títulos que não se enquadram nas categorias I e III; e
 - III - Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção de mantê-los em carteira até o vencimento. Os títulos classificados como “para negociação” e “disponíveis para venda” são registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados pelo seu valor de mercado. Os títulos mantidos até o vencimento são ajustados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados como “para negociação” são contabilizados em contrapartida ao resultado e os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados como “disponíveis para venda” são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários.
 - Demais ativos**
Os demais ativos são demonstrados pelo valor de custo, acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidas. Os créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos de acordo com as alíquotas vigentes. Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da contribuição social para 15% são registrados até o limite das obrigações tributárias correspondentes.
 - Permanente**
Os investimentos são apresentados pelo custo de aquisição, ajustado ao seu valor de provável realização mediante constituição de provisão para desvalorização.
 - Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)**
Anualmente passou a ser feito teste de perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Sua unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado.
- Os valores de contabilização dos ativos não financeiros da Empresa, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados, no mínimo, a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, é estimado o valor recuperável do ativo. Não houve efeito relevante em 2008 pela adoção desse procedimento.
- Passivos circulante e não circulante - exigível a longo prazo**
 - Provisões técnicas**
As provisões técnicas para resgates e para sorteios são calculadas sobre os valores nominais dos títulos e atualizadas monetariamente, quando aplicável, com base em Notas Técnicas Atuariais aprovadas pela SUSEP. A provisão administrativa, apresentada na rubrica “Outras provisões”, foi constituída para cobrir despesas administrativas dos planos. As provisões técnicas são apresentadas no passivo circulante em função do prazo de carência ser inferior a 12 meses.
 - Demais passivos**
São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data de balanço. Foram constituídas provisões para imposto de renda, à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240.000 para o exercício, e para contribuição social sobre o lucro, à alíquota de 5% (até 30 de abril de 2008 à alíquota de 9%). A elevação da alíquota de contribuição social para empresas do setor financeiro, de seguros e de capitalização foi determinada pela Medida Provisória nº 413/2008 (convertida na Lei nº 11.727/2008, sendo seu cálculo efetuado de acordo com as normas emitidas pelas autoridades tributárias. De acordo com a Medida Provisória nº 449/2008, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pelos artigos 36 e 37 da referida Medida Provisória, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/2007 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.
 - Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 489/2005.
 - Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações contábeis.
 - Passivos contingentes - são constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a natureza das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e no posicionamento de nossos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de “perdas possíveis” não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas demonstrações contábeis, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.
 - Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.
 - Apuração do resultado**
As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas contabilmente quando de seu efetivo recebimento e as correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos, classificadas como “Despesas de comercialização”, são reconhecidas contabilmente quando incorridas. As despesas de corretagem são registradas quando do efetivo recebimento das contribuições aos planos de capitalização. Os pagamentos dos resgates por sorteios são considerados como despesas do mês em que estes se realizam.

CONTINUA



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em reais)

(h) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido e provisões técnicas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

4. Aplicações

(a) Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2008	%	2007	%
Títulos para negociação	17.053.926	99,74	16.359.237	99,64
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	17.053.926	99,74	16.359.237	99,64
Títulos disponíveis para venda	44.721	0,26	59.657	0,36
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro	44.721	0,26	59.657	0,36
Total em 2008	17.098.647	100,00	16.418.894	100,00

(b) Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimento. Os títulos que pertencem a fundos de investimento abertos foram considerados com base no percentual de participação da Empresa no fundo.

Títulos	1 a 30 dias		Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de referência (i) a mercado	Ajuste da avaliação
	ou sem vencimento	31 a 180 dias				
Títulos para negociação (ii)	11.130.495	-	5.923.431	17.053.926	17.053.926	-
Letras financeiras do tesouro	11.130.495	-	5.923.431	17.053.926	17.053.926	-
Títulos disponíveis para venda	-	44.721	-	44.721	44.721	-
Letras financeiras do tesouro	-	44.721	-	44.721	44.721	-
Total em 2008	11.130.495	44.721	5.923.431	17.098.647	17.098.647	-
Total em 2007	1.361.358	128.375	361.248	14.567.913	16.418.894	17

(i) Representa o valor de mercado para os títulos classificados como "para negociação" e o valor de custo atualizado para os demais.

(ii) Os títulos para negociação são classificados no curto prazo independente do prazo de vencimento. O valor de mercado das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores de mercado obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (ANDIMA).

(c) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2008, a Empresa não possuía em fundos de investimentos contratos futuros de DI, (R\$ 450.599 em 2007 posição vendida) como valor de referência, sendo que os diferenciais a pagar ou a receber dos contratos futuros são liquidados diariamente. O objetivo de atuação no mercado de derivativos, seja através de posições ativas ou proteção (*hedge*), sempre visa minimizar a exposição a riscos de mercado, de moeda ou taxa de juros e proteção das posições detidas à vista. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e o custodiante, Banco Bradesco S.A., sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANDIMA e Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&F) para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da ANBID. Todas as operações de derivativos são registradas e negociadas na BM&F, bem como na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). O monitoramento das operações no mercado de derivativos é feito pelo gestor dos fundos, de forma ativa, através da mensuração do risco através do *Value at Risk* (VaR), parâmetro de referência para os ajustes necessários de posições, em consonância com as políticas de controle previamente estabelecidas e adotadas pelo gestor. A Área de Risco do gestor é responsável pela quantificação e avaliação diária das variáveis de risco de mercado, apurando o VaR para cada um dos portfólios.

5. Créditos tributários e previdenciários e provisão para tributos diferidos

(a) Ativo circulante

Referem-se aos créditos tributários do imposto de renda e contribuição social diferidos, equivalentes a R\$ 53.292 (R\$ 6.194 em 2007) e R\$ 31.975 (R\$ 2.229 em 2007), respectivamente.

(b) Realizável a longo prazo

Referem-se aos créditos tributários do imposto de renda e contribuição social diferidos, equivalentes a R\$ 307.016 (R\$ 212.819 em 2007) e R\$ 173.023 (R\$ 69.903 em 2007), respectivamente, registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis a diferenças temporárias. Os créditos tributários foram contabilizados levando em consideração o histórico de rentabilidade e sua previsão de realização, fundamentada por estudo técnico, que pode ser assim demonstrada:

	2009	2010	2011
Previsão de realização - %	15,08	15,08	69,84
O valor presente dos créditos tributários calculado à taxa média de captação da Organização Bradesco, líquido dos efeitos tributários, monta a R\$ 508.068.			

(c) Passivo exigível a longo prazo

Referem-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, registrados para refletir os efeitos fiscais futuros referentes a ajustes de títulos e valores mobiliários e atualização monetária de depósito judicial, equivalentes a R\$ 149.414 (R\$ 4 em 2007), e R\$ 89.649 (R\$ 2 em 2007), respectivamente.

6. Depósitos judiciais e fiscais

Refere-se a depósitos judiciais e fiscais de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, no valor de R\$ 1.233.471 (R\$ 1.134.634 em 2007), substancialmente coberto por provisões (nota 10).

7. Transações e saldos com partes relacionadas

	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Disponibilidades		
Banco Bradesco S.A.	1.714	-
Valores a pagar		
Bradesco Capitalização S.A.	(2.169)	-
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	(1.456)	-
Bradesco Seguros S.A.	(153)	-
Dividendos a pagar		
Bradesco SegPrev Investimentos Ltda.	(925.570)	-
Outras despesas		
Banco Bradesco S.A.	-	(13.476)
Em 2008	(927.634)	(13.476)
Em 2007	(395.764)	(13.476)

(1) O rateio das despesas administrativas compartilhadas efetuado através de aplicações de percentuais de alocação para cada empresa, definidos com base em indicadores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência.

(2) Despesas com taxa de custódia e serviços de ações escriturais.

8. Provisões técnicas

(a) Composição

	2008	2007
Provisão para resgates	39.106	46.766
Provisão matemática para resgate	16.957	42.213
Provisão para resgate de títulos vencidos	22.149	4.553
Provisão para sorteios	-	3
Provisão para sorteios a realizar	-	3
Outras provisões	19	22
Provisão administrativa	19	22
Saldos em 31 de dezembro	39.125	46.791

(b) Movimentação

	2008	2007
No início do exercício	46.791	57.122
(+/-) Constituições/Resgates/Sorteios	(10.029)	(11.353)
(+/-) Atualização monetária e juros	2.363	1.022
No final do exercício	39.125	46.791

9. Garantia das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas correspondem a R\$ 78.251 (R\$ 96.791 em 2007), em títulos de renda fixa.

10. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

(a) Ativos contingentes

A Empresa não tem ativos contingentes, passíveis de registros contábeis ou de divulgação.

(b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Empresa é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Empresa entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição. As questões discutidas nas ações normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado financeiro.

Não existem em curso passivos contingentes relevantes para os quais as chances de perdas sejam prováveis que não tenham sido razoavelmente estimados.

(i) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Empresa está discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

A principal questão é:

CSLL - dedutibilidade da base de cálculo do IR - R\$ 1.233.471 (R\$ 1.134.634 em 2007) - pleiteia calcular e recolher o imposto de renda devido, relativo ao ano-base de 1997 e subsequentes, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo respectiva, determinada pelo artigo 1º da Lei nº 9.316/1996, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória da Empresa.

(ii) Movimentação das provisões fiscais constituídas

	2008	2007
No início do exercício	1.134.634	1.037.622
Constituições	26.093	7.965
Atualização monetária	72.744	89.047
No final do exercício	1.233.471	1.134.634

11. Patrimônio líquido

(a) Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 10.322.564 ações ordinárias nominativas e escriturais, sem valor nominal. De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Os dividendos foram calculados conforme se segue:

	2008	2007
Lucro líquido do exercício	974.284	801.262
Constituição da reserva legal	(48.714)	(40.063)
Base de cálculo dos dividendos	925.570	761.199
Dividendos propostos no exercício	925.570	190.300
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	100,00%	25,00%

(b) Reserva de capital

Corresponde à reserva de doações e subvenções de investimentos decorrentes de incentivos fiscais recebidos em exercícios anteriores.

(c) Reserva legal

Constituída, ao final de cada exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

(d) Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada no final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

12. Detalhamento das contas da demonstração de resultado

(a) Receitas líquidas com títulos de capitalização

	2008	2007
Variação das provisões técnicas	6	37
	6	37

(b) Despesas com títulos resgatados e sorteados

	2008	2007
Despesas com resgates	-	(1.959)
	-	(1.959)

(c) Despesas administrativas

	2008	2007
Despesas com serviços de terceiros	(63.591)	(64.191)
Despesas com localização e funcionamento	(14.481)	(6.861)
Despesas com donativos e contribuições	(26.561)	(1.700)
Despesas com publicações	(183.952)	(308.240)
Despesas administrativas diversas	(8.275)	(27.237)
	(296.860)	(408.229)

(d) Despesas com tributos

	2008	2007
Despesas com PIS	(12.680)	(11.221)
Despesas com COFINS	(78.033)	(69.055)
Taxa de fiscalização	(53.369)	(40.110)
Outras despesas com tributos	(591)	(333)
	(144.673)	(120.719)

(e) Resultado financeiro

(i) Receitas financeiras

Receitas com fundos de investimentos	1.942.689	626.749
Receitas com títulos de renda fixa - públicos	6.021	1.101.503
Atualização monetária de depósitos judiciais fiscais	72.744	89.047
	2.021.454	1.817.299

(ii) Despesas financeiras

Atualização monetária de contingências passivas	(72.744)	(89.047)
Despesas com CPMF	-	(4.189)
Despesas financeiras com provisões técnicas - capitalização	(2.363)	(1.022)
Despesa financeira com encargos sobre tributos	(5.423)	(5.939)
Tributação sobre operações financeiras	(18.703)	(19.820)
	(99.233)	(120.017)
	1.922.221	1.697.282

13. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculada pela aplicação das alíquotas fiscais vigentes, e a despesa contabilizada em resultado são como seguem:

	2008	2007
Resultado antes de impostos e participações	1.481.554	1.189.639
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 15%, respectivamente (1)	(592.622)	(404.477)
Efeito do diferencial da alíquota da contribuição social (2)	25.908	-
Receitas não tributáveis, líquidas de despesas indedutíveis	35.444	(7.328)
Outros valores	24.000	23.428
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(507.270)	(388.377)

(1) A partir de 1º de maio de 2008, a alíquota da contribuição social para as empresas dos setores financeiro e seguros foi elevada para 15%, de acordo com a Medida Provisória nº 413/2008 (convertida na Lei nº 11.727/2008), permanecendo a 9% para as demais empresas; e

(2) Refere-se à equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (40%) demonstrada.

14. Cálculo do patrimônio líquido ajustado

O patrimônio líquido ajustado em 31 de dezembro de 2008 e 2007 é igual ao patrimônio líquido contábil.

15. Outras informações

(a) Nos termos do artigo 275, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/1976, informamos que as demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2008 da Bradesco Seguros S.A., empresa líder do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência foram publicadas nesta mesma data na Gazeta Mercantil, Jornal do Commercio, Diário do Comércio, Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

(b) O resumo do relatório do Comitê de Auditoria - Resolução CNSP nº 118/2004 foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (controlador indireto) em 02 de fevereiro de 2009.

(c) Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/2007, que altera a Lei das Sociedades por Ações, quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir do exercício social de 31 de dezembro de 2008.

A Empresa e demais empresas do Grupo estão adotando pela primeira vez a Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008 em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2008. Destacamos a seguir as principais práticas contábeis modificadas pela nova Lei:

- O conceito de Ajuste a Valor Presente previsto pela Lei nº 11.638/2007 não se aplica para as operações de seguros, resseguros, previdência e capitalização conforme art. 4º da Circular SUSEP nº 379/2008. Não obstante, a Administração efetuou análise e concluiu que essas operações, bem como as demais operações realizadas pela Empresa, já estão apresentadas pelos valores representativos da época de sua realização Dessa forma, o Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo, bem como para as operações de curto prazo, não ocasionou ajustes para a Empresa;
- Obrigatoriedade de análise periódica para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido. A Administração efetuou análise e os valores registrados em 31 de dezembro de 2008 nessas contas não apresentaram ajustes significativos passíveis de registro contábil;
- Alteração do tratamento dos incentivos fiscais, que passa a transitar pelo resultado, facultando sua destinação para reservas de lucros - reserva de incentivos fiscais e excluída da base de dividendos mínimos obrigatórios;
- Introdução de demonstração do fluxo de caixa, nos termos do Pronunciamento CPC 03. Consoante determinação da SUSEP essa demonstração será feita pelo método direto, ficando dispensada de apresentar a demonstração do ano anterior para fins de comparabilidade;
- Os efeitos no resultado e no patrimônio líquido da Atlântica Capitalização S.A. pela adoção da Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008 não foram relevantes.

16. Eventos subsequentes

(i) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de fevereiro de 2009, os acionistas da Empresa deliberaram sobre o aumento de capital, no montante de R\$ 50.000.000 com integralização à vista, mediante a emissão de 44.087.378 novas ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal.

DIRETORIA

Luiz Carlos Trabuço Cappi	-	Diretor-Presidente
Samuel Monteiro dos Santos Júnior	-	Diretor
Norton Glabes Labeles	-	Diretor
Marcos Suryan Neto	-	Diretor
Ricardo Alahmar	-	Diretor
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	-	Diretor

Jair de Almeida Lacerda Júnior
Atuário - MIBA nº 809

Getúlio Antônio Guidini
Contador
CRC-RS 1RS034447/O-7S-SP

PARECER ATUARIAL

À Diretoria e aos Acionistas da Atlântica Capitalização S.A.

1. Realizamos a Avaliação Atuarial da Atlântica Capitalização S.A. com base em 31 de dezembro de 2008, conforme estabelecido na Circular SUSEP nº 272/2004.

2. Nossa análise foi conduzida de acordo com os princípios atuariais e compreendeu, principalmente, a avaliação da capacidade da Companhia em honrar seus compromissos passados e futuros junto aos seus subscritores/titulares. Deste modo, através de testes de consistência, atestamos a suficiência das Provisões Técnicas constituídas durante o período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2008.

3. As provisões foram contabilizadas pelos valores calculados pelo atuário responsável, respeitando os critérios contábeis estabelecidos no plano de contas das Sociedades Seguradoras e de Capitalização. Os cálculos foram realizados de acordo com metodologias adequadas e constantes nas Notas Técnicas Atuariais encaminhadas à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados.

4. Deste modo, com base na